INTERESSADO: Adalberto Ricardo Braz

ASSUNTO: Pedido de equivalência/ aproveitamento de estudos realizados no Instituto "Dom Bosco", desta Capital.

RELATOR: Cons. João Baptista Salles da Silva

PARECER CEE Nº 2361 /75, CPG, Aprovado em 27 / 08 /75
Com. ao Pleno em 10 de setembro de 75

I- RELATÓRIO

HISTÓRICO:

1.1 Adalberto Ricardo Braz, filho de Ricardo Braz e de dona Juventina da Silva Braz, nascido em Nova Iguaçu (RJ), aos 02/08/1974, portador da Cédula de Identidade RG nº5.035.185, residente nesta Capital, na Rua Jacatirão nº2, tendo concluído o curso de aprendizagem no Instituto "Dom Bosco", da Capital, solicita a manifestação deste Conselho sobre a equivalência desses estudos visando a prosseguir-los na 1ª série do ensino de 2º grau.

1.2- O interessado concluiu curso primário com a duração de 4 (quatro) séries no Grupo Escolar "Profª Dulce Carneiro", nesta Capital.

1.3- Fez, em continuação, o Curso de Aprendizagem Industrial no Instituto "Dom Bosco", da Capital. Durante o curso, com 4 (quatro) séries de duração, estudou: Português, Matemática, Inglês, Ciências, Geografia, História, Tecnologia, Desenho, Prática Profissional.

1.4- Em 08 de dezembro de 1965, informa que recebeu o Certificado correspondente à conclusão do curso.

2- FUNDAMENTAÇÃO

2.1- O Instituto "Dom Bosco", consoante Resolução do extinto Departamento do Ensino Industrial (DEI) do MEC, publicada no D.O.U. de 11/3/64, recebeu autorização para ofuncionamentos dos Cursos de Aprendizagem de Marcenaria e de Mecânica de Ajustagem e de Máquinas, podendo, em consequência, expedir certificados de validade nacional.

2.2- A Cordenadoria do Ensino Técnico, manifestando-se sobre a situação do Instituto "Dom Bosco", por solicitação deste Conselho, informou no Processo DETec. nº 7.171/74 que "... os títulos expedidos pelo estabelecimento de ensino (a partir de 1964) passaram a garantir o direito de prosseguimento de estudos ao nível de 1º grau ou até, conforme a duração do curso e currículo vencido, ao nível de 2º grau".

2.4- A Lei Federal nº4024/61 e a Lei Federal nº 5692/71 - artigo 27, parágrafo Único - permitiram o aproveitamento de estudos realizados nos cursos de aprendizagem para prosseguimento de vida escolar no ensino de 2º grau.

2.5- A Deliberação CEE nº 14/73 estabeleceu normas sobre o assunto em tela, considerando-se, para o caso, o que estabelece a alínea "b", artigo 12 e parágrafo único da mencionada Deliberação.

2.6- A documentação escolar está em ordem.

2.7- Há vários pareceres favoráveis, aprovados, por delegação, pela Câmara do Ensino do Primeiro Grau, sobre equivalência de estudos realizados no Instituto "Dom Bosco" aos do ensino regular.

II- CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça a equivalência dos estudos realizados no Curso de Aprendizagem, do Instituto "Dom Bosco", desta Capital, por Adalberto Ricardo Braz, como equivalentes à conclusão do ensino de 1º grau. O interessado deverá obter aprovação em exames especiais de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, nível de 1º grau, sem prejuízo para o prosseguimento de seus estudos no ensino de 2º grau.

São Paulo, 13 de agosto de 1975

a) Cons. João Baptista Salles da Silva
Relator

III- DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: João Baptista Salles da Silva, José Borges dos Santos Jr., José Conceição Paixão, Luiz Contier, Maria da Imaculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Therezinha Fram.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 27 de agosto de 1975.

a) Cons. José Conceição Paixão
Presidente